

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva

José Andrade Almeida Junior

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva

Francielle Pereira Santos

Ludmila Nunes Mourão

Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Nívia Madja dos Santos

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório

Alana Maiara Brito Bibiano

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral

Roberto Firpo de Almeida Filho

Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i> <i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i> <i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Cláudia Macedo da Silva</i> <i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i> <i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i> <i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i> <i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i> <i>Fabírcia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Algusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO

Rafaela Mezzomo

Universidade Estadual do Centro – Oeste –
Unicentro
Guarapuava - PR

RESUMO: Considera-se que a ação política de mulheres negras sinaliza cada vez mais as imbricações entre racismo e sexismo na luta feminista, o que sugere a necessidade de, nos movimentos feministas, ser colocado em pauta a existência da violência simbólica que a branquitude, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres negras. Esta articulação é fundamental para fortalecer a luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista. Assim, esta pesquisa tem como objetivo elaborar estudo bibliográfico que evidencie os privilégios da branquitude nos movimentos feministas que auxilie no debate para que o protagonismo na luta contra o racismo não seja absorvido por estes privilégios, bem como buscar a compreensão do lugar que mulheres brancas devem ocupar na luta contra opressões de gênero e de raça. O desenvolvimento desta pesquisa se dará pelo exercício do pensamento dialético que considera as contradições existentes nos fenômenos de estudo, bem como qualitativa que permite encontrar resultados no processo

compreendendo o fenômeno estudado dentro de um contexto sócio-histórico.

PALAVRAS-CHAVE: branquitude, feminismo, racismo

THE WHITENESS AS A PRIVILEGE IN THE FEMINIST MOVEMENTS! THE PLACE OF THE WHITE WOMAN IN THE STRUGGLE FOR RACIAL AND GENDER EQUALITY

ABSTRACT: It is considered that the political action of black women increasingly signals the overlap between racism and sexism in the feminist struggle, which suggests the need, in the feminist movements, to be put in charge the existence of the symbolic violence that the whiteness, by default aesthetic privileged and hegemonic, exerts on the black women. This articulation is fundamental to strengthen the common struggle between black and white women in the context of the feminist struggle. The aim of this research is to elaborate a bibliographical study that evidences the privileges of whiteness in feminist movements that helps in the debate so that the protagonism in the fight against racism is not absorbed by these privileges, as well as to seek the understanding of the place that white women must the struggle against gender and race oppression. The development of this research will take place through the exercise of dialectical thinking that considers the contradictions

existing in the phenomena of study as well as qualitative that allows finding results in the process comprising the phenomenon studied within a socio-historical context.

KEYWORDS: whiteness, feminism, racism

1 | INTRODUÇÃO

A vida em uma sociedade permeada por relações sociais que são determinadas por hierarquias entre sexo, raça e classe demanda fôlego no enfrentamento às discriminações e preconceitos, que são desenvolvidos em um longo processo histórico acompanhado por um processo político correspondente. Sendo assim, a atuação em movimentos sociais exige a compreensão deste processo, bem como a predominância de uma visão de mundo que identifica essas relações como resultado de um sistema patriarcal, racista e capitalista, construído culturalmente e não natural, ou seja, passível de transformação e mudança.

Entre os movimentos sociais pela luta de direitos econômicos, culturais e contra as desigualdades, existem os movimentos feministas que se fortalecem a medida que expõe para a sociedade a mulher como sujeito e dona de si, permitindo a ruptura com a ideologia sexista de submissão e subalternidade do gênero feminino. Estes movimentos feministas têm sua origem em diferentes países, sendo impulsionados pela realidade vivenciada por diferentes grupos de mulheres, entre elas burguesas, proletárias, estudantes, mulheres pobres, ricas, negras, brancas, mães, solteiras, casadas etc.

Com a ideia da existência de uma diversidade de mulheres nos movimentos feministas e que estas carregam realidades diferentes, histórias diferentes, visões de mundo diferentes, vivências diferentes e portanto pautas diferentes de luta é que buscamos compreender a união destas pautas levantando o questionamento sobre a interseccionalidade do feminismo e possibilidades da luta comum contra a opressão de gênero.

Vale destacar que neste texto será abordado, principalmente a branquitude como privilégio à luta das mulheres negras, pois enquanto mulher branca e pertencente a movimentos feministas foi possível identificar barreiras que dificultam a luta por igualdade de gênero e uma dessas barreiras é referente a adotar pautas das mulheres negras neste movimento, sem ocupar o lugar de protagonista, tornando invisível, pelo racismo, as discussões feitas pelas mulheres negras. Podemos perceber na atualidade, nas redes sociais, como *facebook*, *whats app*, páginas e sites de internet, o tema da apropriação cultural cada vez mais presente. Isto ocorre devido à denúncia que as mulheres negras realizam cotidianamente de que quando uma mulher branca ocupa um lugar de fala sobre o machismo e até mesmo sobre o racismo, são ovacionadas e seu discurso reconhecido como legítimo, ao passo que quando se trata de mulheres negras realizando as mesmas denúncias, são ignoradas, silenciadas.

De acordo com Carneiro (2003) as mulheres se tornam novos sujeitos políticos ao denunciar as desigualdades de gênero nos movimentos feministas, mas o ser mulher não exclui que grupos de mulheres negras e grupos de mulheres indígenas possuam demandas específicas que não podem ser tratadas apenas sob a rubrica da questão de gênero. Deste modo vale levar em conta as óticas particulares que exigem práticas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira.

Partindo do reconhecimento deste enfrentamento no interior do movimento feminista vale investigar qual é o lugar da mulher branca na luta feminista, quando esta se faz conjuntamente com a mulher negra, uma vez que é imprescindível reconhecer os privilégios, estes referentes a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres brancas na luta por igualdade de direitos, em que a branquitude está inserida, para se ter o cuidado de não ocupar a fala e silenciar as mulheres negras, contribuindo para sua exclusão. Isto não significa que a mulher branca não possa enfrentar o racismo, pois comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica faz parte do movimento feminista na luta contra todas as formas de opressão.

Assim primeiramente será apresentado um breve histórico da luta feminista e as diferenças existentes entre as pautas levantadas pela libertação e emancipação de mulheres brancas e negras, burguesas e proletárias em diferentes contextos. Esta breve apresentação se faz necessária, pois se considera importante o conhecimento das variadas lutas feministas existentes que vão além da opressão de gênero, provocando mudanças significativas na história dessas mulheres.

Após será apresentada definição de branquitude e discutido o branqueamento das raças, partindo de estudos de Schucman (2014), Bento (2014) e Schwarcz (2012) cujo entendimento proporciona a reflexão acerca da identidade das mulheres negras e a valorização desta identidade, apresentando privilégios simbólicos e materiais proporcionadas pela branquitude, como ocorre com a apropriação cultural, denunciada intensamente pelas mulheres negras na atualidade em blogs e redes sociais da internet.

Por fim vai ser pontuada a reflexão e necessidade de considerar os percalços entre a luta feminista negra e branca, valendo destacar a realidade de que mulheres negras exigem pautas diferenciadas que não são reconhecidas pelas feministas brancas.

2 | BREVE CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE LUTAS FEMINISTAS

Segundo Pinto (2010) nas últimas décadas do século XIX houve a chamada primeira onda do feminismo, ocorrida primeiramente na Inglaterra, que marca a popularização de manifestações que mulheres organizadas realizaram pela conquista

ao sufrágio universal. No Brasil, lideradas pela bióloga e cientista Bertha Lutz em 1910, mulheres realizaram campanhas públicas pelo direito ao voto, sendo criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e com o novo código eleitoral brasileiro o voto foi conquistado em 1932.

Ainda, segundo a autora, a nova onda das lutas feministas são impulsionadas pela obra de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo” publicado pela primeira vez em 1949, marca as lutas feministas pela liberdade e direitos sobre seus próprios corpos, em que a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” coloca em xeque a naturalização das relações de poder impostas e difundidas pelo patriarcado.

Diversas mulheres levantaram a bandeira do feminismo, ao exigir igualdade de direitos, denunciando para a sociedade desde a violência de gênero, violência doméstica causada pela condição da mulher como objeto de dominação do homem e por isso sujeita a seus desejos e vontades, até a conquista de espaços públicos e políticos.

Sendo assim é importante destacar que os movimentos feministas tiveram relação direta com a luta contra as opressões causadas pelo sistema econômico capitalista. Bachofen e Morgan (apud Toledo, 2012) concluem que a opressão social das mulheres coincidiu com o surgimento da propriedade privada em que valores de propriedade foram transferidos para relações familiares. Engels em sua obra “Origem da família, da propriedade privada e do Estado” corrobora esta conclusão, derrubando a concepção burguesa de que a mulher já nasceu oprimida, sendo sua inferioridade natural em relação ao homem. Para Engels a causa da opressão da mulher é econômica em sua essência, sendo necessária a transformação da sociedade para o seu fim.

Com esta visão é que mulheres conquistaram espaço na luta pelo socialismo. Clara Zetkin e Alexandra Kollontai tiveram intensa participação em partidos políticos, sendo fundamentais para o processo revolucionário que culminou em outubro de 1917. Junto com outras mulheres trabalhadoras lutaram por melhores condições de trabalho, direitos básicos como alimentação, saindo corajosamente às ruas de Petrogrado apoderando direitos fundamentais para a classe trabalhadora, transformando uma realidade econômica. (Gonzáles, 2010)

Já para as mulheres negras a luta por igualdade de direitos implicava não apenas a opressão de gênero, mas principalmente a opressão de raça. Hooks (2014) aponta esta questão, ao explicar sobre o sufrágio universal que enquanto as mulheres brancas se mobilizavam pelo direito ao voto, as mulheres negras não conseguiram unir-se a luta, pois a força mais opressiva em suas vidas era o racismo e não o sexismo (pesquisa realizada entre mulheres negras nos anos 30 e 40 dos século XX). A autora expõe que, nos Estados Unidos as mulheres brancas ignoraram as contribuições das mulheres negras para a luta feminista, as publicações de historiadores americanos nunca mencionavam o papel das mulheres negras na defesa dos direitos das mulheres no século XIX, quando ocorria a chamada primeira onda do feminismo. Esta realidade

faz com que as mulheres engajadas nos movimentos feministas reconheçam que apenas as mulheres brancas iniciaram a resistência contra a opressão de gênero.

O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. Para além disso, serviu como um túmulo que lembrava que o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres. (Hooks, 2014)

A autora apresenta mulheres negras que contribuíram para a emancipação do gênero feminino como Mary Church Terrel (1863 – 1954) uma das lideranças da *National Association of Colored Women Clubs*, que trabalhou pelo movimento sufragista e Sojourner Truth (1797 – 1883) que também defendeu a igualdade social para mulheres, referindo-se a sua própria experiência de vida para afirmar as capacidades das mulheres para exercer atividades consideradas típicas do sexo masculino.

Cumpram destacar que há vários estudos sobre mulheres negras que lutaram bravamente pela emancipação feminina, como o estudo de Barreto (2005) que apresenta duas personagens fortes do movimento negro: Angela Yvonne Davis, norte americana, integrante do partido comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras que militou não só contra o sexismo, mas contra o racismo e capitalismo; e Lélia Almeida Gonzalez (1935 – 1994) mineira e importante figura para o movimento negro brasileiro, no qual lutou ativamente pela redemocratização do país, principalmente no final dos anos 1970.

Vale o questionamento de que as mulheres negras são pouco reconhecidas em suas lutas, poucos são os estudos realizados a fim de divulgar a resistência e força nos movimentos não só pela emancipação feminina, mas pela emancipação de raça e também de classe. A identificação dessas mulheres na história auxilia na construção da representatividade para as novas gerações de mulheres negras, para o empoderamento e aceitação de sua identidade.

3 | BRANQUITUDE E BRAQUEAMENTO DAS RAÇAS

Atualmente observa-se que cada vez mais homens negros e mulheres negras afirmam sua identidade, confrontando valores étnico raciais difundidos na história da humanidade envolvidos por discriminações racistas. A valorização da identidade negra, assume sua presença na mídia veiculada, principalmente na internet, em páginas das redes sociais e em sites como Negras Soul Blog, Geledés – Instituto da mulher negra, Blogueiras negras, Black is Power para citar alguns. Estes sites reforçam cotidianamente a beleza, a resistência, o valor, não apenas das mulheres negras, mas do povo negro como um todo. Além de apresentarem personalidades

negras importantes para o empoderamento, ensinam, pelos artigos e textos às novas gerações a aceitarem-se, como por exemplo, campanhas para adoção dos cachos, cabelo afro, popularizado como “black power” impulsionam a ruptura com preconceitos racistas ao fenótipo do homem e da mulher negras. Porém ainda vivenciamos uma cultura predominantemente racista em que além da raça, a cultura negra sofre com o branqueamento.

Bento (2014) trata desse assunto ao apresentar estudos sobre a branquitude, isto é “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”. Branqueamento refere-se a miscigenação entre as raças que geraram outros padrões de cor, como pardo, por exemplo. Nesses moldes tem-se como ideologia que ser branco se constitui em modelo a ser seguido e invejado provocando a perda da identidade negra. A autora destaca que para a elite e classe branca, a discriminação entre as raças é um problema apenas das pessoas negras, pois ser branqueado significava uma forma de ascensão social. No entanto, é necessário pautar que as desigualdades raciais brasileiras são sim problemas da raça branca, que não é “acostumada” a pensar no outro, por receio de perder privilégios ao longo da história dados a ela, pois a raça branca não carrega a escravidão em sua vida e cultura.

Levando em consideração a história do povo negro marcada pela escravidão, exploração dos negros pelos brancos, Schwarcz (2012) elucida que o processo de abolição brasileiro carregava a crença de um futuro que levaria a uma nação branca, e que viu na entrada de imigrantes europeus a solução para a presença africana no Brasil. Assim a miscigenação entre os europeus e os escravos livres seria uma maneira de “tornar o país mais claro”.

Desta forma precisamos compreender como a ideologia do branqueamento atinge os negros e negras se quisermos lutar por uma sociedade mais igualitária. “A militância negra tem destacado persistentemente as dificuldades de identificação racial como um elemento que denuncia uma baixa auto estima e dificulta a organização negra contra a discriminação racial”. (Bento, 2014)

Isto significa que ser da raça branca é carregar uma gama de privilégios e não precisar pensar sobre o outro. Pertencer a raça branca é não ter sua história marcada por estudos científicos que corroboram a ideia de que seu cérebro é menor e portanto sua gente é passível de ser explorada. Ser branca é estar nos padrões de cultura e beleza e não se preocupar que sua fala será silenciada devido a sua cor. A branquitude precisa ser questionada nos movimentos feministas.

A definição de branquitude se realiza a partir dos estudos de Schucman (2014) que ponderou colocar a lógica opressora em cheque evidenciando estudos de Du Bois (1935), Fanon (1980), Guerreiro Ramos (1957) entre outros que discutiram sentimento de raça, os benefícios conferidos pela branquitude e a importância de reconhecer o negro como sujeito e não como objeto de pesquisa.

Branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2014)

Então, os estudos sobre a branquitude auxiliam a preencher as lacunas deixadas pelos estudos sobre as relações raciais, cooperando na não naturalização da ideia de que quem tem raça é apenas o negro.

Ruth Frankenberg (1995 *apud* Bento 2005) entende branquitude como um “posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais” sendo um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e a sociedade, sendo lugar de poder aparente nas instituições como universidades e empresas, conservadoras e reprodutoras das desigualdades.

Assim, reconhecer a hierarquia e as formas de poder da branquitude contribui para que as lutas feministas de mulheres brancas e negras contra a opressão do machismo, não se configure como uma luta entre mulheres brancas e negras. As mulheres brancas devem denunciar a opressão e as especificidades da luta das mulheres negras contra a opressão do racismo, valorizando, reconhecendo seus privilégios de raça e lutando ao lado das mulheres negras, sem ocupar o protagonismo e lugar de fala, não determinando o que é racismo e não decidindo o sofrimento da mulher negra.

4 | FEMINISMO NEGRO X FEMINISMO BRANCO: DESAFIOS AO FEMINISMO INTERSECCIONAL

Considerando o exposto até aqui referente a algumas questões que impulsionaram mulheres brancas à luta contra as opressões de gênero e às mulheres negras à luta contra opressão de gênero e raça cumpre levantar a discussão sobre diferenças entre feminismo negro e feminismo branco. Assim como pontua Eliane no artigo do blog Geledés que “Ser feminista negra é uma coisa e ser feminista branca é outra coisa” argumentamos a partir da leitura do artigo da revista Cult de Cisne (2016) a militância feminista, e qual as possibilidades e desafios para a interseccionalidade.

A autora apresenta alguns pontos, chamados por ela, de eixos que estruturam a consciencia militante feminista, sendo eles fundamentais não apenas na construção da luta política, mas como modo de vida que emancipa e fortalece as mulheres em seu cotidiano. Não sendo em ordem sequencial e nem mesmo hierárquica de importância, o primeiro eixo apresentado diz respeito a luta pela autonomia e o reconhecimento de si como sujeito de direitos. Somos donas dos nossos corpos, com desejos e vontades próprias, o que permite a desconstrução de pensamentos como “essa é mulher pra casar”, “mulher de respeito é dona de casa, com filhos e

marido”, que determinam, escolhem e decidem qual caminho a mulher deve seguir. Com isso em mente, “deixamos de pertencer ao outro e de apropriadas, passamos a nos apropriar de nós mesmas” (CISNE, 2016)

O segundo ponto a ser considerado é referente a ruptura com a naturalização de que a mulher é a única responsável pelo lar e pela família. Ao mesmo tempo que a luta feminista trouxe conquistas na saída da mulher para o mercado de trabalho, também atribuiu a intensa jornada, pois sendo ela a única responsável pelo lar, adquire dupla jornada e a identificação e luta por essa ruptura exige o enfrentamento a instituições como família e igreja além de toda construção ideológica de que a mulher deve servir o outro.

Neste ponto vale ressaltar as diferenças existentes entre a vida de mulheres brancas e de mulheres negras. Estas têm em sua história a herança da escravidão que ao longo dos anos designaram o trabalho da mulher como fundamental em sua sobrevivência, trabalho este que muitas vezes era restrito a servir mulheres brancas, o que significa que as mulheres negras não se tornaram donas de seus lares, pois “não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar” (Nepomuceno, 2012).

É de conhecimento que a liberdade da mulher e conquista do espaço público, no mercado de trabalho e na política é ordem que impulsionou luta por igualdade de gênero. Porém ilustra-se com estudos de Hooks (2014) e Nepomuceno (2012) que mulheres negras e brancas partiram de patamares diferentes para o ingresso na luta feminista. No Brasil o branqueamento interferiu de maneiras diferentes na saída das mulheres do lar para o mercado de trabalho. Para mão de obra branca a maior disponibilidade de trabalho se dava no comércio, no qual era exigido boa aparência, já para a mão de obra negra as vagas eram destinadas à Indústrias.

Como aponta Schucman (2014), ser branca no Brasil está ligado a aparência, ao status, ao fenótipo, caracterizando os privilégios das mulheres brancas no movimento feminista. É constantemente denunciado por mulheres negras que a sua cultura está sendo apropriada pelas brancas, no uso de acessórios, roupas, tipo de cabelo, música entre outros. A apropriação cultural fere a resistência que negros e negras enfrentaram ao longo de sua história, pois quando usam tranças, assumem os cachos, sofrem do preconceito como “cabelo ruim”, “cabelo sujo”, “roupa suja”, porém quando um branco ou branca utiliza dos mesmos acessórios, viram capa de revista noticiando as “tendências da moda”.

Outro privilégio que deve ser reconhecido no feminismo pelas mulheres brancas é o que Nepomuceno (2012) afirma sobre acesso a educação. As mulheres negras tiveram não só o acesso ao mercado de trabalho interferido pelo racismo, mas também o acesso à educação. Quando conquistavam o espaço nas instituições de ensino, sofriam com a discriminação de professores e colegas, assim, recorriam a educação em casa ou a professores particulares. A garantia de sobrevivência da família também estava sob responsabilidade da mulher negra, o que quase sempre

as mantiveram afastadas do universo escolar, isto ocorrendo por gerações.

O terceiro ponto/eixo apresentado por Cisne (2016) é a percepção de si na outra que nos fortalece individual e coletivamente, imbricada na ideia de que enquanto uma mulher não for livre nenhuma será. Aqui destaca-se o tipo de feminismo que é tomado dentro de um coletivo de mulheres, pois é sabido a existência de feministas radicais que não tem como pauta a luta pela liberdade de mulheres negras, e lgbtts. Sendo assim, cabe no corpo do texto explicar que o feminismo adotado se trata do interseccional.

O conceito de interseccionalidade foi proposto e difundido por feministas negras nos anos 1990. Crenshaw (1994 *apud* Hirata 2014) afirma que a interseccionalidade propõe a consideração das múltiplas fontes de identidade, sem, no entanto, propor uma nova teoria globalizante da identidade. Neste sentido o feminismo interseccional procura abarcar as relações de poder imbricadas por opressões de gênero, raça e classe que se fortalece enquanto instrumento de luta política.

A interseccionalidade nos movimentos feministas é fundamental para que haja de fato a luta por igualdade, porém reflete desafios que devem ser acrescentados nas discussões, quando se trata dos privilégios que as mulheres brancas possuem e precisam reconhecer para o fortalecimento da luta política.

Deste modo, o quarto e quinto ponto/eixo eixo ressalta a importância do grupo e da militância política, bem como formação política. Um depende do outro, pois a organização entre grupos e coletivos, possibilita a percepção coletiva da ação política no enfrentamento às opressões e desigualdades que vão construindo a consciência militante feminista.

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado” à dimensão coletiva, de organização política voltada para a transformação social. (Cisne, 2016, p. 35)

Isto posto, ter em mente estas questões reflete as problemáticas existentes dentro de organizações de mulheres, que mesmo com objetivo comum da emancipação do gênero feminino, deve-se ter em conhecimento as diferenças no desenvolvimento social e econômico das mulheres não brancas e que seu lugar é o de denúncia das opressões sofridas pelas mulheres negras, sem silenciá-las.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, nos coletivos feministas que trazem em sua constituição a discussão interseccional da luta contra opressões de gênero, raça e classe, que as mulheres brancas pontuem o reconhecimento dos privilégios da branquitude, e se não existe este reconhecimento vale o aprendizado, pois a visibilidade e invisibilidade

aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos, devendo ser disseminada esta discussão.

As mulheres negras são acusadas de fragmentar a luta feminista quando apontam as problemáticas existentes em não se considerar a apropriação cultural e o não reconhecimento de mulheres brancas das diferenças entre feminismo negro e feminismo branco.

A luta feminista deve trazer bandeiras em defesa da política de cotas nas universidades, defesa dos direitos das empregadas domésticas, que em sua maioria são negras, das mulheres pobres, que em sua maioria são negras, das mulheres trabalhadoras e operárias, defesa por melhores salários, pois as mulheres negras recebem menos que homens negros que por sua vez, recebem menos que mulheres brancas e enegrecer o feminismo. Reconhecer que a mulher negra é triplamente oprimida, por sua raça, gênero e classe, pois a discriminação racial, além da de gênero contribui, e muito para a precária situação de vida, e denunciar as suas pautas torna a luta feminista mais justa e fortalecida.

Para finalizar, cumpre informar que esta pesquisa está ainda no seu início, pois existem muitos estudos, artigos e considerações a serem colocadas em questionamento, além de novas discussões e informações veiculadas na mídia, principalmente em sites da internet, nos quais é mais visível a publicação das problemáticas apontadas pelas mulheres negras, é válida a valorização destes sites, citações de suas entrevistas, como a realizada com Eliane, referência no Brasil ao evidenciar a marginalização da raça negra, cada vez mais difundido e de fácil acesso, o que possibilita leituras mais frequentes, para que mulheres brancas realizem uma autoavaliação de como é seu feminismo, assim como, enquanto feminista branca procuro realizar no cotidiano.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder: a questão das cotas para negros**. Scielo: An. 1 Simp. Internacional do Adolescente, May 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 01/11/2015

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. cap. 2

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Scielo: Estud. av. vol. 17 no. 49, São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 10/10/2015

CISNE, Mirla. **Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil**: Dossiê Percepções do Feminino e Ações Feministas. *Cult*, São Paulo, v. 210 Ano 19, p. 33-37, março 2016

Geledés. **Ser feminista negra é uma coisa, ser feminista branca é outra coisa**. Acesso em: 13/06/16

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.** Tradução Alessandra Ceregatti (et al.) 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP. v.26, n.1. Disponível em: Acesso em: 10/06/2016

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a Plataforma Gueto, janeiro 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo, Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Pela história: um país de futuro branco ou branqueado. In: _____ **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1 ed. São Paulo: Claro enigma, 2012 p. 37-45

TOLEDO, Cecília. **A mulher e a luta pelo socialismo** - Clássicos do marxismo. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

